

Na Capital, um longo dia de negociações

Da Sucursal de Brasília

Ao acordar, às 06h30, o presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, telefonou para o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, traçando dois objetivos: negociar um acordo com o Palácio do Planalto em torno da emenda Uequed, que alarga a anistia aos militares, e garantir quórum para a votação do substitutivo que convoca a Constituinte. "Não temos tempo a perder", disse Ulysses a Pimenta da Veiga.

De fato, não havia tempo a perder: sabia-se que dezenas de parlamentares estavam com viagem marcada para o Exterior. Ninguém imaginava que a votação do substitutivo poderia ser adiada. "Mandei gente para o aeroporto a fim de convencer os deputados a não viajar", disse Ulysses às 18h00, quando deixou seu gabinete para assumir a direção da Mesa da Câmara. Antes, telefonara para o embaixador da Síria, que convidou 32 deputados de origem árabe para uma viagem a Damasco. Ele propôs o adiamento da viagem por 24 horas.

Pelos gabinetes ministeriais, do Congresso, do Palácio do Planalto, percorria um temor: a emenda não

seria aprovada em segundo turno. Não haveria quórum para votação. O presidente José Sarney, em conversa com assessores, dizia: "Já cumpri meu papel. Agora, cabe ao Congresso decidir. Eles que se entendam na data de votação". Durante a conversa com assessores, deixou claro que não cederia na negociação sobre a anistia aos militares.

Os esforços da Aliança Democrática para fazer votar a emenda iniciaram-se pela manhã, com um encontro da cúpula do PFL, no gabinete do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Dele participaram Marco Maciel, ministro da Educação, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, e o líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli.

Ao mesmo tempo, no Congresso, os líderes do PMDB na Câmara e no Senado reuniram-se no gabinete de Pimenta da Veiga para discutir com o comando do movimento dos militares cassados, uma solução. O líder interno do PMDB no Senado, Hélio Gueiros, mostrou-se contra a emenda Uequed. "A votação do destaque ocorreu num clima de votação emocional e, por isso, muitos parlamentares não conheciam sequer o texto da emenda". Disse ainda que os

militares que seriam beneficiados não estavam "profissionalmente aptos a retornar às atividades".

Um dos presentes, o vice-líder Francisco Pinto, reagiu: "Não podemos oferecer o peçoço agora. Os militares vão querer impor cada vez sua vontade ao Legislativo, como faziam antes como a Arena ou o PDS". Da reunião, nada de concreto.

As 17h00, no Palácio do Planalto, os líderes da Aliança Democrática reuniram-se com o presidente Sarney. E, de lá, Pimenta da Veiga mostrava-se otimista, ao telefonar para Ulysses Guimarães: "As negociações estão andando bem. Só falta a parte dos marinheiros".

Momentos depois, o deputado Ulysses Guimarães, apesar da falta de um acordo, estava, a exemplo de Pimenta, otimista. Em diálogo com o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), afirmava: "Votamos isso até de madrugada, ou não votamos mais. Por isso acho que vamos votar".

Neste mesmo momento, a alguns metros de distância, o líder do PT, Djalma Bom (SP) mostrava irritação por não ter sido procurado por nenhum dos dirigentes da Aliança Democrática para discutir sobre o

andamento das negociações: "Não vamos bancar os palhaços, esperando a boa vontade do governo. Eles estão querendo esvaziar o Congresso". A ameaça de Djalma, que em poucos minutos chegou aos ouvidos de Ulysses Guimarães, era retirar sua bancada de cinco parlamentares, às 19h00.

Às 17h30, Ulysses procurou Djalma Bom para explicar-lhe que a emenda seria votada em poucas horas, pedindo: "Por favor, não libere a bancada. A Constituinte é algo fundamental para o futuro da Nação". Djalma aparentemente concordou, reclamando, porém, ter sido colocado "à margem dos entendimentos". Até às 16h30, ninguém, segundo informou, o procurara.

Em meios aos rumores de que, apesar dos apelos, os deputados estavam abandonando o Congresso rumo ao Exterior ou aos seus Estados, muitos deputados já pensavam no futuro e, Regimento do Congresso à mão, tinham uma "saída": deixar a votação para depois de 15 de novembro. "Vocês estão loucos", desabafou o líder do PFL na Câmara, numa conversa com parlamentares que previam essa saída. "Como vamos explicar que o Congresso não convocou a Constituinte?"